

**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) EM LINGUAGENS E PRÁTICAS
SOCIAIS**

BEATRIZ RODRIGUES GUIMARÃES BARROS

**PROJEÇÕES ESCALARES DA TRANSFOBIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS: O
CASO DO DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA NO YOUTUBE**

ARAPIRACA, AL

2024

BEATRIZ RODRIGUES GUIMARÃES BARROS

PROJEÇÕES ESCALARES DA TRANSFOBIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS: O CASO
DO DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA NO YOUTUBE

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) em Linguagem e Práticas Sociais do Instituto Federal de Alagoas, campus Arapiraca, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Linguagem e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva.

ARAPIRACA, AL

2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Arapiraca

B277p

Barros, Beatriz Rodrigues Guimarães.

Projeções escalares da transfobia em interações digitais: o caso do deputado Nikolas Ferreira no youtube / Beatriz Rodrigues Guimarães Barros. – 2024.

1 PDF: il., color. (1 arquivo: 2,1 MB).

Arquivo digital no formato PDF do trabalho acadêmico com 22 folhas.

Orientação: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como artigo científico, (especialização, Pós-graduação em Linguagens e práticas sociais) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2024.

1. Violência – aspectos sociais. 2. Identidade de gênero. 3. Cisheteronorma. 4. Transfeminismo I. Título.

CDD: 305.3

Luciete Barbosa da Silva
Bibliotecária CRB-4/1739


BEATRIZ RODRIGUES GUIMARÃES BARROS

PROJEÇÕES ESCALARES DA TRANSFOBIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS: O CASO DO
DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA NO YOUTUBE

Artigo apresentado ao curso de Linguagens e Práticas Sociais, do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção de título de Especialista.

Aprovado em 28/08/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA
Data: 10/10/2024 20:07:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva
Instituto Federal de Alagoas - IFAL



Profa. Ma. Emilly Silva dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Documento assinado digitalmente
 ERINALDO DA SILVA SANTOS
Data: 11/10/2024 18:23:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Erinaldo da Silva Santos
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

PROJEÇÕES ESCALARES DA TRANSFOBIA EM INTERAÇÕES DIGITAIS: O CASO DO DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA NO YOUTUBE

SCALAR PROJECTIONS OF TRANSPHOBIA IN DIGITAL INTERACTIONS: THE CASE OF DEPUTY NIKOLAS FERREIRA ON YOUTUBE

Beatriz Rodrigues Guimarães Barros¹
Instituto Federal de Alagoas

RESUMO

Dentre as normas sociais nas quais precisamos nos inserir para que sejamos reconhecidos enquanto sujeitos, podemos destacar a cisheteronorma, que é responsável pela exclusão de corpos que não se enquadram ao sexo designado pelo discurso médico-científico (Vergueiro, 2016), isto é, os sujeitos que são dissidentes dessa norma são vítimas de uma série de violências (Silva, 2019). A exemplo disso, podemos citar o episódio em que, no Dia Internacional da Mulher, o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL) pôs uma peruca e satirizou a existência de mulheres trans, o que gerou discussões dentro e fora do ambiente virtual. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar a projeção da cisheteronorma em práticas de comentários na plataforma *YouTube*, em resposta ao discurso do parlamentar. Para tanto, realizamos uma “etnografia de escala” online (Carr; Lampert, 2016), considerando que essa metodologia abrange a análise do modo como os usuários se posicionam em redes sociais. No tocante ao aporte teórico, foram mobilizadas teorias relativas à linguagem como performance (Butler, 2015), à cisheteronorma (Rosa, 2020), marginalização de corpos trans (Silva, 2019), atos de fala (Austin [1962] 1990) e suas contribuições para a manutenção da opressão e crescimento alarmante de dados de violências cometidas contra pessoas trans no Brasil. Os comentários analisados possibilitaram uma interpretação da violência transfóbica através da linguagem e como ela desempenha um papel significativo, capaz de reproduzir desigualdades e perpetuar estigmas. Assim, diante dos dados analisados, este trabalho nos mostra a forma como a violência contra pessoas trans ocorre em plataformas digitais.

Palavras-chave: Cisheteronorma; Escala; Nikolas Ferreira; Transfeminismo; Parlamento.

ABSTRACT

Among the social norms that we need to conform to in order to be recognized as subjects, we can highlight the cisheteronorm, which is responsible for the exclusion of bodies that do not fit the sex designated by medical-scientific discourse (Vergueiro, 2016). In other words, subjects who vehemently disagree with this norm are victims of a series of acts of violence (Silva, 2019). An example of this is the episode in which, on International Women's Day, federal deputy Nikolas Ferreira (PL) put on a wig and satirized the existence of trans women, which generated discussions inside and outside the virtual environment. Thus, this study aims to analyze the scalar processes projected in comment practices on the YouTube platform, in response to the parliamentarian's speech. To this end, we conducted an online “scalar ethnography” (Carr; Lampert, 2016), considering that this methodology encompasses the

¹ Artigo produzido sob orientação do professor Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva (IFAL) e apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguagem e Práticas Sociais do Instituto Federal de Alagoas - Campus Arapiraca como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Linguagem e Práticas Sociais.

analysis of how users position themselves on social networks. Regarding the theoretical contribution, theories related to language such as performance (Butler, 2015), cisheteronorm (Rosa, 2020), marginalization of trans bodies (Silva, 2019), speech acts (Austin [1962] 1990) and their contributions to the maintenance of oppression and alarming growth of data on violence committed against trans people in Brazil were mobilized. The comments analyzed allowed an interpretation of transphobic violence through language and how it plays a significant role, capable of reproducing inequalities and perpetuating stigmas. Thus, given the data analyzed, this work highlights how violence against trans people occurs on digital platforms.

Keywords: Cisheteronorm; Scale; Nikolas Ferreira; Transfeminism; Parliament.

1 INTRODUÇÃO

Diante das inúmeras normas culturais e políticas nas quais precisamos nos enquadrar para que sejamos reconhecidos enquanto sujeitos, podemos citar dois códigos que servem como reguladores de identidades bastante incisivos e excludentes, sendo eles a cisheteronormatividade e a heteronormatividade, ou simplesmente a cisheteronormatividade (Silva, 2020; Borba; Silva, 2020). Conforme esse código de normalização, vivências, perspectivas, comportamentos, vontades, modos de exercício da expressão corporal e relações afetivo-sexuais são enquadradas em diferentes graus, desde normalidade até seu desvio, através de um molde de heterossexualidade e de cisgeneridade, sendo o segundo voltado ao caráter compulsório da relação que se quer estabelecer entre sexo, gênero e desejo (Butler, 2017).

Considerando que o corpo é socialmente construído (Preciado, 2017), faz-se necessária a indagação a respeito da relação entre a cisheteronormatividade e a linguagem, a fim de traçar um panorama mais complexo entre os efeitos performativos da linguagem utilizada por sujeitos em suas práticas sociais cotidianas e os significados de gênero e sexualidade produzidos por elas (Silva, 2020). Neste artigo, busco compreender a forma como a cisheteronormatividade está atrelada às práticas de sujeitos engajados nas interações *online* de que participam. Para isso, proponho uma análise de comentários realizados em ambiente digital, a partir de um fenômeno midiático, através da noção de “escala” desenvolvida por Carr e Lampert (2016).

Além disso, faço um diálogo entre esses construtos semióticos e noções dos estudos de gênero como cisheteronormatividade, performatividade de gênero (Butler, 1990) e transfobia (Vergueiro, 2016). Assim, o ponto central deste texto é a investigação da forma como a cisheteronormatividade, enquanto norma social que regula existências, é fabricada e naturalizada nas interações cotidianas como resultado de um árduo processo semiótico. Esse processo se dá na negociação de normas, mediante a construção de escalas para a produção de significados, os quais atuam para normalizar certos discursos.

Em função dessas escolhas epistemológicas, este artigo se pauta em uma metodologia de pesquisa qualitativa e interpretativista em Linguística Aplicada (Moita Lopes, 1991). Os dados analisados foram gerados em uma etnografia da escala (Carr; Lampert, 2016) praticada na rede social *YouTube*, na seção de comentários de um vídeo viral no qual o Deputado Federal da extrema-direita Nikolas Ferreira (PL), a partir da tribuna da Câmara Federal, faz um discurso alusivo ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Em seu discurso, o deputado realiza uma performance transfóbica, com vistas a depreciar mulheres trans e invalidar suas identidades de gênero.

Em termos de organização formal, o presente artigo é formado por quatro seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, discorro a respeito da construção de gênero e suas consequências na vida de sujeitos que são dissidentes do padrão cisheteronormativo. Já na segunda seção, relaciono performance e linguagem, além de apresentar um breve panorama das escalas e seus processos de criação. Em seguida, apresento a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e, por fim, na quarta seção, exploro analiticamente o percurso de naturalização de escalas transfóbicas nas interações digitais focalizadas, o qual se dá, basicamente, pela legitimação de um modelo biomédico de identidade e pela produção de antagonismos sociais. Além disso, ainda nessa última seção, exploro alguns processos de contestações dessas escalas transfóbicas produzidas.

2.1 GÊNERO E TRANSFOBIA: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “VERDADE” DO GÊNERO

As discussões acerca de questões de gênero e sexualidade vêm, cada vez mais, ganhando espaço nas mídias digitais como *Twitter* (agora, *X*) e *Youtube*. Essas plataformas, assim como outras redes sociais, cumprem com a finalidade de conectar pessoas, estabelecer relações profissionais e compartilhar informações das mais diversas, e tanto são apropriadas por movimentos sociais e partidos políticos como um espaço de extensão da sua atuação, quanto veiculam as opiniões de seus usuários, o que, em tempos de acirrada polarização política e identitária, produz eventos digitais pautados na disputa entre diferentes versões do mundo.

Dentre as pautas que geram debates e dividem opiniões, pode-se citar atitudes de parlamentares, como o caso do Deputado Federal de Minas Gerais, Nikolas Ferreira (PL), que no Dia Internacional da Mulher (08/03) pôs uma peruca e ironizou a existência de mulheres trans durante seu discurso na tribuna da Câmara dos Deputados. O caso citado gerou discussões diversas nas mídias, e vários usuários manifestaram apoio ao parlamentar. Referentes ao episódio, alguns dos comentários efetuados por usuários na plataforma *YouTube* serão posteriormente discutidos no presente artigo, mas para isso, faz-se necessária a compreensão de norma e gênero, bem como a relação entre linguagem e performance.

Para refletirmos sobre gênero, é imprescindível, antes de mais nada, discorrer acerca dos conceitos de norma, gênero, linguagem e performance. Performatividade, segundo Butler (2018), está relacionada ao modo de agir dos indivíduos e sua potencial produção de efeitos. Portanto, podem ser entendidas como ações repetidamente realizadas que fazem com que os sujeitos sejam lidos como homens ou mulheres. Segundo a autora, o sujeito é constituído através de atos, que são feitos e desfeitos diariamente, e caracterizados pela reprodução de comportamentos socialmente instituídos.

Desse modo, as formas de agir do indivíduo e até mesmo sua inclinação para a escolha de peças de vestuário específicas não são tão espontâneas como somos levados a acreditar, mas sim reguladas por uma norma subentendida e socialmente reproduzida, segundo apropriações subjetivas dessas normas. Das brincadeiras escolares ao controle diferencial exercido pelos pais sobre os corpos das crianças, são muitos os exemplos dos efeitos das normas de gênero na produção das subjetividades. Talvez, um dos mais eloquentes deles, na atualidade, sejam os chamados “Chás de Revelação”. Esses eventos consistem na promoção de festas para celebrar a “revelação” do sexo assignado pelo saber médico a um feto, ainda em estágios embrionários bastante discretos.

Os “Chás de Revelação” são fenômenos com altíssimo potencial de viralização online, indica o modo como os corpos são afetados pelos discursos normativos de gênero, da espetacularização do gênero como uma coisa supostamente dada (por isso, apta a ser apenas revelada) e de sua importância para a organização da vida social. Não há regras com relação à

forma de manifestar o resultado do exame de “sexagem fetal”, mas, o que todos esses eventos têm em comum é a cor escolhida para descrever o suposto gênero do feto, que já é submetido a expectativas impostas por toda sociedade. A cor azul indica que o feto “é” um “menino”, e a cor rosa sinaliza que este “é” uma “menina”.

Nesse sentido, observa-se que a performatividade do gênero é imposta aos agentes antes mesmo de seus nascimentos, e são normalmente perpetuadas até o fim de suas vidas. Essa constante reprodução torna os atos tão naturalizados ao ponto de, erroneamente, serem confundidos com algo intrínseco ao que se entende por masculino e feminino, o que limita a expressão individual e fere existências que vão de encontro às normas de gênero. Em suma:

Dizer que a realidade de gênero é performativa significa, de maneira muito simples, que ela só é real na medida em que é performada. É justo dizer que certos tipos de atos são geralmente interpretados como expressão de um núcleo ou identidade de gênero, e que esses atos ou estão em conformidade com uma identidade de gênero esperada ou questionam, de alguma forma, essa expectativa – expectativa que, por sua vez, é baseada na percepção do sexo, sendo o sexo entendido como dado factual e distinto das características sexuais primárias. Essa teoria implícita e popular sobre os atos e gestos como expressivos do gênero sugere que o gênero em si existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais ele é dramatizado e conhecido (Butler, 2018, p. 14).

À vista disso, convém ressaltar que termo heteronormatividade refere-se às práticas institucionais que dão privilégios à heterossexualidade, e a encaram como ‘natural’ (Cohen, 1997). Ou seja, o “sistema hétero” é tido como ponto principal e único aceitável, uma forma política e um sistema de poder baseado na produção, no governo e na hierarquização das formas de vida.

Assim, no tocante à performatividade de sexualidade, Silva (2019) aponta que é a heteronormatividade que padroniza as formas de vida e performances identitárias. O linguista aponta que os indivíduos que sentem desejo pelo sexo oposto são considerados “normais”, já aqueles que se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo biológico são lidos como “anormais”. Em outras palavras, sujeitos cujos desejos são dissidentes dos padrões heteronormativos são encarados como um desvio à regra, uma anomalia encontrada apenas em uma pequena parcela da população.

Isto posto, compreende-se que a heterossexualidade é tida como a única orientação sexual possível, e só pode ter esse título porque antes é cisheteronormativa (Rosa, 2020), pois as relações de poder dos corpos são cisgêneras, ou seja, suas experiências individuais de gênero estão em consonância com o “sexo atribuído no nascimento” (Vergueiro, 2016). Sendo assim, o corpo é encarado como “feminino”, quando possui uma vulva, enquanto a presença de um pênis define o corpo como masculino, e ambos corpos, supostamente, sempre terão o corpo oposto como seu objeto de desejo, considerando o padrão normalizado pela heteronormatividade.

Ademais, se a heterossexualidade é a atração entre corpos com características opostas, seria o envolvimento entre uma mulher cis lésbica e uma mulher trans lésbica uma relação hétero? Como seriam descritas as relações entre agentes intersexuais? Em virtude desses questionamentos, é impossível refletir sobre a heteronormatividade sem nomeá-la como cisheteronormatividade (Rosa, 2020).

Neste sentido, a cisgeneridade é tida como a norma², assim como a heterossexualidade. Ambas não admitem casos que desviam o padrão, tal como a existência de pessoas intersexuais e transgêneros. Posto isto, “a heterossexualidade compulsória por si só pressupõe também a cisgeneridade compulsória” (Rosa, 2020, p. 13), o que implica dizer que a heterossexualidade é, na realidade, a cisheteronormatividade. Por essa razão, partindo da intensa crítica do pensamento transfeminista aos estudos sobre gênero normalmente realizados por mulheres cisgêneras e heterossexuais, brancas de classe média, é necessário reforçar a ideia de que o termo “cisheteronorma” é mais adequado que “heteronorma”, considerando que a construção de identidade de gênero é produzida e reproduzida com o intuito de tornar o gênero e a sexualidade um conceito único, mas ambos termos representam opressões distintas.

Por não se enquadrarem na cisheteronorma, pessoas trans³ acabam por serem inseridas em um lugar de coisa, pois são encaradas como seres insignificantes que não são dignos de ocupar certos espaços na sociedade (Silva, 2019). Assim, é comum encontrarmos figuras trans na mídia sendo representadas de modo caricato, reproduzindo estereótipos que acabam por naturalizar e até legitimar atos transfóbicos.

Nesta perspectiva, não se sabe ao certo a quantidade de pessoas trans habitando em solo brasileiro, considerando que o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não incluiu nos questionários questões relacionadas à identidade de gênero. Mesmo após o envio de um ofício construído pela Associação Brasileira de Travestis e Transexuais - ANTRA, no ano de 2016, o IBGE não adicionou em seu levantamento perguntas sobre como os indivíduos se identificam com relação ao gênero.

Apenas em 2023, conforme o artigo publicado na plataforma do Senado Federal⁴, os instrumentos de pesquisa terão que conter indagações sobre identidade de gênero e orientação sexual. O quantitativo de pessoas trans é importante para que, a partir dos dados, políticas públicas sejam desenvolvidas para proteger a população que é diariamente vítima de diversas violências. Inclusive, vale ressaltar que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans, e está nesta posição há 14 anos consecutivos⁵.

Segundo o “Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras”, realizado pela ANTRA, há um padrão com relação às violências cometidas contra a população trans. Foi observado que mulheres trans têm 38 vezes mais chance de serem vítimas de algum tipo de violência em comparação aos homens trans e pessoas não-binárias. Os dados, apesar de alarmantes, não são precisos, considerando que há subnotificação das ocorrências. Essa subnotificação, longe de ser entendida como um mero “descuido” do Estado ou uma “desorganização” na gestão de políticas públicas, faz parte desse complexo funcionamento da cisheteronormatividade, uma vez que invisibiliza não apenas as existências trans, mas também as múltiplas violências exorbitantes a que estão expostas. Em face dessa invisibilidade - e da consequente ausência de obrigação por parte do

² Para o presente trabalho, adotaremos o conceito de norma desenvolvido por Foucault (1979). Para o autor, a norma representa o espaço entre o disciplinar e o regulamentador, e possibilita o exercício de controle disciplinar do corpo e das ocorrências aleatórias de uma pluralidade biológica. Em suma, a norma é o elemento que transita entre um e outro, e pode ser aplicada tanto a um corpo quanto à população a ser regulamentada (Lopes; Fabris, 2016, p. 41)

³ O termo “pessoas trans” foi adotado para o presente artigo como uma forma de indicar a multiplicidade de experiências corporais, subjetivas e políticas que vão de encontro à cisgeneridade, independente do rótulo que reivindicarem para si, a exemplo de “transexuais”, “transgêneras”, “travestis” e afins.

⁴ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/05/ibge-deve-coletar-dados-sobre-identidade-de-genero-aprova-comissao>. Acesso em: 28 de Julho, 2023.

⁵ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/26/mortes-pessoas-trans-brasil-2022.htm>. Acesso em: 28 de Julho, 2023.

poder público em agir na garantia da cidadania de pessoas dissidentes de gênero e de sexualidade - a lógica da violência transfóbica é reproduzida e naturalizada.

Assim, a ausência de mecanismos de proteção e promoção da dignidade de pessoas trans por parte do Estado sinaliza o modo como elas são encaradas. Pessoas trans não reproduzem o padrão da cisheterossexualidade, portanto são tidas como abjetos (Butler, 2019). Sendo assim, o sujeito só é considerado “sujeito”, quando performa a heterogeneidade, caso contrário, não é visto como tal, e é encarado como um ser desprezível.

As violências motivadas pela transfobia visam à expulsão e o apagamento do corpo trans, e se manifestam de múltiplas formas. No âmbito institucional e legal, a transfobia é cometida através de instâncias institucionais que privam pessoas trans de gozarem de direitos civis, além de limitarem o exercício da cidadania e isonomia desses corpos (Silva, 2019). Pode-se citar a excessiva burocracia no processo de retificação de prenome e gênero em documentos como exemplo da limitação do direito à livre identificação de pessoas trans, independentemente de cirurgia de transgenitalização. No Brasil, tal ação só se tornou possível em 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)⁶, como resultado de uma jornada repleta de custos judiciais e burocracias experienciadas por pessoas trans que desejavam ser reconhecidas pelo Estado.

Nesta mesma perspectiva, pessoas trans também enfrentam dificuldades no âmbito médico, ainda que o termo “transexualismo”⁷ tenha sido retirado do capítulo “Transtornos da Identidade Sexual”, contido na “Classificação Internacional de Doenças⁸” (CID). Embora tenham sido realizadas mudanças recentes na classificação de pessoas trans, o discurso médico ainda as descreve como portadoras de disfunções e incongruências, o que as coloca em posições marginalizadas perante a sociedade. Tanto a transfobia quanto outros tipos de discriminação são construídos pela linguagem. Isto é, todas as manifestações discriminatórias são construções sociais, históricas, discursivas e performáticas. No próximo tópico, veremos como as ações são realizadas a partir da linguagem.

2.2 LINGUAGEM COMO PERFORMANCE E PROCESSOS ESCALARES

Conforme discutido no tópico anterior, a transfobia é uma complexa rede de violências que, dentre outras consequências, gera a invisibilização de pessoas trans. Esses corpos que desafiam a coerência com as normas de gênero são escorraçados e segregados para que não possam ocupar posições de prestígio, e comumente lhes são negados direitos básicos. A violência contra pessoas trans ocorre também através da linguagem, visto que possui grande relevância na construção - ou destruição - de vidas nas práticas sociais. Em vista disso, Butler (2015) argumenta que:

[...] ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade — incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo —, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis (Butler, 2015, p. 15 - 16).

⁶ “STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo”. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 31 de Agosto, 2023.

⁷ O termo entrou em desuso, considerando que o sufixo -ismo, nesse contexto, denota condição patológica, portanto, inapropriada para descrever pessoas trans.

⁸ “OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais” Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,lhes%20foi%20atribu%C3%ADdo%20no%20nascimento>. Acesso em: 31 ago. 2023.

O grau de importância de cada indivíduo é construído a partir da linguagem, ou seja, é por meio do discurso que as práticas sociais são fabricadas, e é através dele que certas vidas são validadas e outras invalidadas. A nossa capacidade de conceber formas de vida distintas e de lhes atribuir graus distintos de viabilidade se dá em função de sua relação de coerência com as normas que regulam, dentre outras coisas, gênero e sexualidade (Butler, 2015). Desse modo, a produção social de vidas e de seus valores ontológicos e políticos é produzida na e pela linguagem. Sendo assim, é importante destacar que o presente artigo entende a linguagem como performance, e está em consonância com a teoria dos atos de fala de Austin ([1962] 1990) e com seus desdobramentos críticos na obra de Jacques Derrida (1991) e na de Judith Butler (1997). A linguagem, portanto, é composta por atos de fala que, quando produzidos, são capazes de realizar ações, isto é, a linguagem não só *descreve* situações como também *as realiza*. Nesse sentido, todos os atos de fala são performativos (Austin [1962] 1990).

Os atos de fala se tornam naturais por efeito da iterabilidade e da citacionalidade (Derrida, [1977] 1988). A naturalização dos atos ocorre pela sua constante repetição, que é capaz de produzir um efeito de verdade que se estabiliza no curso da história, conectando atos de fala aparentemente separados espaço-temporalmente. Nessa dinâmica, a iterabilidade atua como possibilidade de os atos de fala citados, repetidos, serem capazes de inaugurar novos contextos de significação e, com isso, novos significados. A incessante repetição dos atos de fala resulta na reprodução criativa de valores, crenças e ideologias. É por meio desse processo citacional e iterativo que os atos de fala ganham dimensão performativa.

Desse modo, a violência linguística produzida por atos de fala transfóbicos (Silva, 2020) se constitui da força de historicidade contida nesses atos. Assim, quando nos deparamos com atos de fala transfóbicos em circulação nas mídias, a exemplo do que ocorre quando alguma pessoa trans é questionada sobre seu “nome de verdade”, ou ainda com atos de fala violentos camuflados de elogios, tal como a afirmação de que essa pessoa “até parece ser mulher/homem de verdade”, podemos concluir que esses índices linguísticos que tornam a violência efetiva, e também socialmente reconhecível, têm sido repetidos não somente em perfis de redes sociais, como também fora delas. É nessa repetição que consiste o performativo.

Nessa perspectiva, nossos corpos são resultados de processos de iterabilidade e de citacionalidade. Em suma, tais processos podem ser analisados como a repetição de atos de fala como atos corpóreos nas práticas sociais que produzem efeitos, a exemplo de corpos e identidades, bem como os naturalizam, segundo normas sociais rígidas, nomeadas como gênero, raça, sexualidade, dentre outros marcadores corpóreo-discursivos regulatórios. São os discursos que moldam a forma como agimos e o modo como interpretamos as múltiplas vivências existentes. Nesse sentido, é a perpetuação do discurso que define “os espaços, os comportamentos, as estéticas possíveis e ‘esperadas’ das pessoas” (Borges; Melo, 2019, p. 6) de acordo com seus supostos gêneros. Há um sistema que mantém essa normatização e indica que, subliminarmente ou não, as vidas de pessoas trans valem menos que as de pessoas cis.

Conforme discutido anteriormente, a cisheteronorma possui alto grau de naturalização, e ao observarmos discursos de sujeitos concretos concluímos que suas construções discursivas e daquilo que chamamos de “realidade” não ocorre de forma unidimensional, isto é, as produções de discursos e significados no meio social não possuem natureza totalizante, mas são sempre processuais, construídas gradualmente, levando em conta um vigoroso trabalho discursivo empreendido pelos sujeitos engajados nas práticas sociais (Carr; Lampert, 2016). A esse trabalho de produção semiótica do mundo social na/pela linguagem, o qual é sempre parcial e ideologicamente posicionado, Carr e Lampert (2016) chamam de “escala”.

Tomando de empréstimo o termo da geografia que informa a proporcionalidade das representações cartográficas em relação às medidas “reais” dos objetos representados, essa noção aponta para o caráter fabricado das nossas “percepções” sobre a “realidade”. Em termos culturais, nos constituímos e nos orientamos na vida social em torno de “mapas”, os quais são produções históricas, imbricadas em dinâmicas de poder e assimetrias. Nesse sentido, a formação do discurso cisheteronormativo não pode ser vista como natural ou absoluta, e sim como moldada nas práticas discursivas a partir dos “efeitos dos esforços para classificar, agrupar e categorizar muitas coisas, pessoas e qualidades em termos de graus relativos de elevação ou centralidade” (Carr; Lampert, 2016, p. 3), ou simplesmente uma “hierarquia escalada”, que se conecta indexicalmente às macronormas fixadas na cultura - a exemplo do brancocentrismo, do sexismo, do capacitismo, dentre outras (Silva, 2020).

Nesse sentido, as formas linguísticas são dotadas de um caráter indexical (Silverstein, 2013). Ou seja, os sentidos produzidos pelos signos manifestam aspectos sociais e culturais que são compartilhados entre os sujeitos (Silverstein, 2013). Sendo assim, quando os termos “senhor/senhora” são utilizados, subentende-se um certo grau de respeito e impessoalidade na relação entre os sujeitos, além de sinalizar que o sujeito é mais velho, ou até mesmo ocupa posição social superior (Guimarães; Lopes, 2017). Em suma, a indexicalidade é a propriedade do signo linguístico que indica a interpretação da interação culturalmente contextualizada.

Ao refletirmos acerca das escalas, compreendemos que o dimensionamento semiótico da vida envolve perspectivas distintas dos sujeitos, e tais perspectivas apontam para o fato de que não há neutralidade ideológica em nenhum tipo de prática semiótica. Nesse sentido, há uma desigual distribuição da legitimidade das atividades escalares, uma vez que os sujeitos e instituições que levam certa vantagem nos exercícios escalares quando se engajam em reforçar as hierarquias escaladas (Carr; Lampert, 2016). Ou seja, as escalas - as perspectivas semioticamente construídas - que são encaradas como naturais sofreram intensa institucionalização. Desse modo, vale ressaltar que os sujeitos não apenas reproduzem os discursos - ou escalas - predeterminados, como também corroboram com sua manutenção, ou até mesmo desenvolvem novos projetos escalares e produzem perspectivas que se apoiam e se (re)orientam.

Na seção seguinte, discutiremos os aspectos metodológicos, éticos e políticos envolvidos na geração e na análise de dados que este artigo discute.

2.3 UMA HISTÓRIA DOS DADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como destacado desde a seção introdutória deste artigo, integram os objetivos centrais deste trabalho construir uma análise dos processos escalares projetados em práticas de comentário *online*, disparados em resposta a um vídeo postado no canal Metrôpoles, da plataforma *YouTube*. Esse vídeo registra o momento em que o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL - MG), em seu discurso oficial alusivo ao Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2023, na Câmara Federal, utilizando uma peruca, produz uma performance satírica ao deslegitimar a identidade de gênero de mulheres trans e, com isso, a possibilidade de que elas fossem homenageadas naquela cerimônia.

Ao reconhecermos a influência dos discursos na (re)produção de ideologias e suas consecutivas relações de poder, faz-se necessária uma abordagem crítica para a linguística aplicada (LA), considerando aspectos sociais, políticos e culturais em que práticas de linguagem estão imiscuídas. Dessa forma, é indispensável realizar pesquisas que considerem as vivências múltiplas existentes (Pennycook, 1998), com intuito de repensar práticas. Ao desconsiderarmos fatores de relevância social envolvidos em pesquisas linguísticas, limitamos a ação transformadora que a LA proporciona. Em outras palavras, estudos voltados para a

reflexão de práticas sociais e discursos amplamente difundidos têm o poder de colaborar com o processo de transformação social.

Assim, com o intuito de entender o modo como a transfobia ocorre em práticas discursivas situadas, nos envolvemos em uma “etnografia de escala” online (Carr; Lampert, 2016, p. 10). Essa metodologia abarca a análise rigorosa de como os usuários produzem, põem em perspectiva e defendem opiniões no mundo social, a partir da compreensão de que a produção de significados nas práticas sociais se dá de maneira “processual, laminada, coconstruída” (Silva, 2020, p. 13), na medida em que demanda intenso trabalho discursivo realizado pelos atores sociais, mediante esforços produzidos a fim de categorizar pessoas, objetos e qualidades de modo a produzir “hierarquias escaladas” (Carr; Lampert, 2016, p. 3), que serão observadas posteriormente neste trabalho.

Para tal, serão analisados comentários sobre a homenagem feita pelo deputado Nikolas Ferreira no Dia Internacional da Mulher, de modo a produzir inteligibilidades situadas sobre o modo como a transfobia é projetada em discursos cotidianos, a exemplo daqueles que circulam nas mídias digitais. Na ocasião, o parlamentar exclama que a esquerda - posicionamento político comumente associado a discussões de pautas progressistas - não o deixa opinar sobre mulheres, pois ele não possui lugar de fala⁹. É importante destacar que os termos utilizados pela esquerda são frequentemente apropriados pela direita como forma de satirizar conceitos e discussões (Silva, 2022). Desse modo, como uma “suposta” solução para isso, ele então utiliza uma peruca e diz que as pessoas devem se dirigir a ele o chamando pelo nome “Nicole”.

Em seguida, Nikolas Ferreira defende que “as mulheres de verdade” estão perdendo espaço para “homens que se vestem como mulheres”. O ato de fala produzido pelo deputado não apenas reforça a transfobia, como também a naturaliza, através de sua iterabilidade (Derrida, [1977] 1988), a qual se encarrega de atualizar sentidos que projetam o gênero como uma verdade essencial. Dentre os efeitos produzidos pelo discurso transfóbico do parlamentar estão sua ampla circulação entre espaços online/offline e o grande número de comentários que recontextualizam suas palavras segundo diferentes enquadramentos ideológicos. O vídeo viral que tornou o discurso do deputado conhecido no país, intitulado “No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira faz discurso transfóbico na Câmara”¹⁰, foi publicado na plataforma *YouTube*, no canal do veículo de notícias “Metrópoles”. O trecho foi postado no dia 8 de Março de 2023, e contava, no momento da pesquisa, com mais de 120 mil visualizações.

Nikolas Ferreira (PL - MG) foi o Deputado Federal mais votado do Brasil com 1,47 milhão de votos¹¹, e parte desse quantitativo se deve às inúmeras polêmicas envolvendo o parlamentar e a deslegitimação de grupos minoritários. Enquanto figura política, possui grande apoio da camada conservadora do país. Ele é responsável por proferir discursos como “Jesus não veio para o mundo para combater a desigualdade”¹², e possui um canal no *YouTube* onde posta compilados de suas falas, *shorts* sobre seus posicionamentos ideológicos e reage a

⁹ É o lugar, no ponto de vista do discurso, no qual os corpos historicamente oprimidos reivindicam sua existência. Não se trata de existências individuais, mas sim, da compreensão do modo como o lugar social ocupado por grupos específicos resulta em suas vivências (Ribeiro, 2017).

¹⁰ METRÓPOLES. No Dia Internacional da Mulher, Nikolas Ferreira faz discurso transfóbico na câmara. Youtube, 8 de Março de 2023. Disponível em: https://youtu.be/t2llpuO_DK8?feature=shared

¹¹ “Nikolas Ferreira é o deputado mais votado do País com 1,47 milhão de votos”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911272-nikolas-ferreira-e-o-deputado-mais-votado-do-pais-com-147-milhao>

-
de-votos/#:~:text=e%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica-,Nikolas%20Ferreira%20%C3%A9%20o%20deputado%20mais%20votado%20do,1%2C47%20milh%C3%A3o%20de%20votos&text=O%20candidato%20que%20teve%20a,1%2C47%20milh%C3%A3o%20de%20votos. Acesso em: 6 abril 2024.

¹² “Relembre oito polêmicas do deputado Nikolas Ferreira, além do discurso transfóbico no Dia da Mulher”. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/relembre-oito-polemicas-do-deputado-nikolas-ferreira-alem-do-discurso-transfobico-no-dia-das-mulheres.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.

vídeos diversos. Seu canal possui mais de 94.000.000 de visualizações, cerca de 1,82 milhões de inscritos e 342 vídeos.

Figura 1 - Canal de Nikolas Ferreira na plataforma *YouTube*.



Fonte: Youtube¹³, 2024.

O vídeo em homenagem ao Dia da Mulher, gravado na Câmara dos Deputados e protagonizado por Nikolas Ferreira, recebeu quase 2 mil comentários dos mais diversos, que abrangem discursos nos quais envolvem diferentes projetos escalares. Alguns usuários ponderam que, de fato, a fala do parlamentar foi transfóbica, já uma outra parcela defende o político e seu posicionamento. A fala do integrante do Partido Liberal tomou proporções virais no meio digital, e tal constatação pode ser feita a partir das diversas postagens realizadas nas mais diversas redes sociais e sites de notícias¹⁴.

O vídeo circulou por vários contextos online e alcançou públicos dos mais diversos, e as interações que ocorreram a partir dele expõem a perspectiva ideológica dos sujeitos através de diferentes estratégias de criação escalar. Na próxima seção, produziremos algumas interpretações situadas dos processos escalares em jogo na seção de comentários do vídeo em questão, típicas de uma etnografia da escala, com atenção especial ao modo como o discurso transfóbico é perspectivado nas práticas semióticas analisadas. No total, foram selecionados cinco comentários, escolhidos devido à grande incidência de escalas patologizantes baseadas no discurso biomédico e escalas que visam estabelecer antagonismos sociais.

2.4 PROCESSOS SEMIÓTICOS DE NATURALIZAÇÃO DE ESCALAS TRANSFÓBICAS

Nesta seção, serão realizadas análises de comentários encontrados no vídeo previamente citado, bem como as interpretações desenvolvidas em consonância com os pressupostos teóricos utilizados nas seções 1 e 2. Para a melhor compreensão e organização

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/@NikolasFerreiraO>. Acesso em: 6 abr. 2024.

¹⁴ Na presente data, a pesquisa das palavras-chave “Nikolas Ferreira Transfobia” nos leva a aproximadamente 86.600 resultados, em 0,24 segundos.

deste tópico, as análises foram agrupadas conforme o tipo de contexto das falas transfóbicas selecionadas.

2.5 O MODELO BIOMÉDICO DE IDENTIDADE E PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS

Ao analisarmos os atos de fala transfóbicos selecionados para este estudo, podemos observar que há grande incidência de práticas de linguagem de contexto médico-científico, que engloba constructos ideológicos advindos de campos de conhecimento como Medicina, Biologia, Fisiologia, entre outros (Silva, 2019), que são constantemente evocados em atos de fala transfóbicos, e por possuírem função social reguladora e normatizadora, fornecem aos atos de fala a força ilocucionária (Austin, [1962] 1990) de que se vale a violência linguística contra pessoas trans.

Comentário 1

“Tchau querida, volta pra tua bolha que no mundo real mulheres e homens são determinações biológicas (genéticas) desde a concepção e desenvolvimento do feto, o resto é doença da cabeça da alguns.”

Comentário 2

“??? Não sejam ridículos. Isso não existe! Procurem estudar biologia, literatura médica, a filosofia da existência humana! Mulher trans é só uma expressão oriunda do devaneio de malucos (doidos, pinel, insanos, doentes mentais) fomentado por políticos socialixos e alimentado por gente de mau caráter que quer submeter as mulheres a situações esdrúxulas ou vexaminosas, quando não serve pra expô-las a situação de risco de assédio ou estupro.”

O autor do comentário 1 inicia seu trabalho escalar em alusão à despedida de Luiz Inácio Lula da Silva durante uma conversa telefônica, interceptada pela Polícia Federal, com a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. A expressão “Tchau, querida!” foi, posteriormente, amplamente difundida através de cartazes e enunciada por deputados que votaram a favor da destituição do poder da presidenta, durante a sessão de admissibilidade do impeachment de Dilma (Santana e Tonon, 2023).

A partir desse acontecimento, a expressão se tornou um símbolo do antipetismo¹⁵, que teve origem, em partes, na redistribuição de renda realizada pelos governos do PT em favor de uma parcela da população menos favorecida, o que resultou na aceitação do partido nessa camada populacional e, em simultâneo, sua desaprovação nas camadas da classe média brasileira. Esse fenômeno teria relação com o fortalecimento da direita extrema e autoritária (Couto, 2014 *apud* Borges e Vidigal, 2018).

É importante que alguns elementos sejam retomados para que possamos compreender a escala projetada pelo autor do comentário 1. Ao se apropriarem da expressão enunciada por Lula, os políticos que votaram a favor do impeachment de Dilma ironizam tudo o que a presidente simbolizava, “o governo PT, a luta política das mulheres, a organização e guerrilha a favor da democracia, as acusações de negligência governamental e sua associação com o ex-presidente Lula” (Santana; Tonon, 2023, p. 4).

O comentário 1 é feito em resposta a um comentário em que uma usuária alega surpresa ao se deparar com postagens que ao invés de repudiar o discurso do parlamentar, acatam e elevam tais atos de fala. Ademais, os comentários 1 e 2 apresentam como argumento discursos utilizados no contexto médico-científico.

Conforme citado na seção 1, cada avanço alcançado por pessoas trans ocorre a duras penas, tanto no âmbito legal quanto no âmbito médico. Durante anos, pessoas trans foram

¹⁵ Oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT).

submetidas a laudos médicos que as definiam como portadoras de transtornos mentais, o que sofreu uma mudança recente. Há poucos anos, a palavra “transexualismo” foi retirada do capítulo “Transtornos da Identidade Sexual”, presente na “Classificação Internacional de Doenças¹⁶” (CID). A despatologização da transexualidade foi comemorada por alguns grupos transfeministas, mas vale salientar que na última atualização do rol de doenças elaborado pela “Organização Mundial da Saúde” (OMS), pessoas trans são descritas no tópico “Incongruências de Gênero”, contido no capítulo “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”. Apesar disso, é possível encontrar indivíduos que pautam suas falas transfóbicas no discurso patologizante perpetuado durante anos, o que pode ser explicado pelo modo como os atos de fala são constantemente produzidos e reproduzidos, e são capazes de realizar ações (Austin [1962] 1990) no mundo.

Neste sentido, em ambos comentários é possível perceber que, na dimensão ilocucionária dos atos de fala, há uma leitura essencialista do conceito de corpo. Em outros termos, é a visão na qual o indivíduo possui uma essência indissociável a si, sem interferências externas. Nesse contexto, a pessoa trans, por ir de encontro à ontologia do corpo socialmente imposta (Butler, 2015), ocupa uma posição de transgressão. Ao analisar ambos comentários, é possível observar como eles se engajam na produção de uma escala baseada no traço *pré-discursivo* como fragmento da performance cisheteronormativa como intrínseca a todos os indivíduos, anterior a qualquer influência cultural ou discursiva. Além disso, as duas postagens validam em seus trabalhos semióticos discursos médico-científicos que normatizam o gênero e a sexualidade para passar um sentido de autoridade a seus trabalhos escalares, pois recorrem a uma escala extremamente institucionalizada (Carr; Lampert, 2016), a escala da saúde (Silva, 2020).

Deste modo, o contexto médico-científico é tido como balizador nas questões de identidade, e o sexo no corpo possui efeito performativo, tendo em vista que os atos de fala têm o poder de criar “verdades” compulsórias a respeito de existências em relação aos seus corpos, gêneros e sexos. Nos comentários selecionados, é possível identificar uma tentativa de negar o caráter performativo do corpo e do sexo, e a alusão a fatores biológicos seria válida para distinguir homens de mulheres.

Comentário 3

“@Prometheu\$ prq eu concordar com ele?? Uma pena vc não ter inteligência suficiente pra entender! Temos que ser mulher sim e não deixar o sistema mudar o que Deus projetou! Vcs querem mudar a lei natural da vida! Esse menino é um grande homem e me representa! E acho que as pessoas deveriam se preocupar com coisas mais importantes que é a educação e a saúde desse povo! Pois vcs estão cada dia mais doente mentalmente e fisicamente! Geração nutella.”

Assim como ocorrido nos comentários anteriores, a usuária responsável pelo comentário 3 vincula seu argumento ao contexto médico-científico ao utilizar o signo “lei natural”, pois sinaliza que os indivíduos devem agir conforme a cisheteronorma e desconsidera o papel da performatividade de gênero. É importante destacar que a performatividade tem relação com a forma como os sujeitos agem e os efeitos de suas ações (Butler, 2018). Em outras palavras, a repetição é a responsável por estabelecer comportamentos socialmente aceitos de acordo com o “sexo atribuído no nascimento” (Vergueiro, 2016).

Aqui, é somada à narrativa médico-científica a “verdade” do corpo e do sexo “biológico”, consolidadas nas práticas sociais. Portanto, os saberes-poderes são encarados

¹⁶ “OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais” Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,lhes%20foi%20atribu%C3%ADdo%20no%20nascimento. Acesso em: 31 ago. 2023.>

como neutros, sem nenhuma interferência ideológica, política ou histórica. Conforme observado nos comentários em análise, a transfobia reproduzida através de atos de fala ocorre através de processos citacionais, que configuram como a repetição de contextos transfóbicos ritualizados. Desse modo, a violência produzida a partir dos atos de fala é performatizada pela negação da designação de pessoas trans, bem como pela inviabilização da identidade de pessoas trans pelo questionamento da legitimidade dessas identidades por estarem, em tese, indo de encontro com características genéticas e corporais, numa visão biológica relacionada aos saberes-poderes médico-científicos voltados para questões de gênero, sexo e corpo (Silva, 2019).

Em seu trabalho semiótico, o usuário projeta escalas de natureza diferente da previamente citada, ao qualificar o comentário feito por @Prometheu(?) à falta de escolarização, ele utiliza discursos relacionados aos saberes considerados acadêmicos que, projetado escalarmente, reforçam os saberes médico-científicos mencionados anteriormente.

Ademais, para além do contexto médico-científico, a usuária reproduz um discurso da esfera religiosa, como forma de acionar saberes-poderes em narrativas judaico-cristãs que tratam de questões existenciais como a origem da vida e além-túmulo do corpo humano. Logo, em atos de fala que violentam existências trans baseados em argumentos religiosos com força ilocucionária, há um extenso processo de contextualização que, através de escolhas discursivas “produzem, no discurso, os corpos e as identidades trans como realidades ligadas à transgressão da moral hegemônica, à maldição e à condenação divinas e à demonização como signo de sua alteridade fundamental em relação ao que seja a ordem do divino” (Silva, 2019, p. 176).

Em suma, os contextos médico-científicos foram socialmente construídos e possuem força ilocucionária, o que acaba por validar atos de fala transfóbicos. Assim, a violência é performatizada através do impedimento da expressão da identidade de pessoas trans. Daremos continuidade às análises na próxima subseção sobre atos de fala transfóbicos que utilizam da produção de antagonismos sociais para reproduzir a violência contra pessoas trans.

2.6 A PRODUÇÃO DE ANTAGONISMOS SOCIAIS

Os antagonismos são frequentemente acionados como forma de gerar rivalidade e, por consequência, o enfraquecimento de movimentos sociais. Uma - suposta - competição entre mulheres cis e mulheres trans é incentivada, o que resulta na discriminação e exclusão de mulheres trans dentro do próprio movimento feminista. A seguir, o comentário 4 ilustra esse incentivo à rivalidade entre mulheres.

Comentário 4

“Jornal mais esquerdista que esse metrópole, só a Globo mas tudo bem. Vocês chegaram a assistir o vídeo? Se assistiram, então vocês estão mais preocupados com os trans do que com as mulheres. Pois ele está defendendo o direito da mulher! Sacanagem, no dia da MULHER colocaram um trans para representa-las... No dia da MULHER A MULHER QUE TEM QUE SE REPRESENTAR! E se vocês estão dizendo que foi discurso transfóbico, vocês não ligam para os direitos das mulheres.”

Comentário 5

”@Laisa Vilela A liberdade de expressão ilimitada parece só funcionar pra esquerda, não é mesmo? Hoje basta que alguém partilhe de uma opinião que não seja de acordo com uma ideologia pregada, que essa mesma pessoa é taxada e condenada por incitar a transfobia e o ódio. Você não precisa tirar os direitos de alguém para ter os seus. Ajudar a comunidade LGBTQIA+ a garantir espaço e respeito tirando o direito e o espaço de mulheres que lutaram pra está ali não é correto, é injusto.”

As produções de gênero são socialmente construídas e estruturam diversos aspectos da vida social. Neste sentido, as múltiplas manifestações individuais são pautadas por normas de gênero que impõem comportamentos, interesses e expectativas (Butler, 2018), em especial sobre os corpos das mulheres. Tais imposições repercutem nas esferas política, econômica, social e até jurídica.

No entanto, estas repercussões não atingem todas as mulheres da mesma forma, visto que estas normas são situadas por interseccionalidades, a exemplo de raça, classe, gênero e sexualidade (Butler, 2018). O entrelaçamento dessas normas de gênero atravessa a cisheteronormatividade e as relações de poder com o intuito de oprimir e inferiorizar grupos específicos. Além disso, a desconsideração das interseccionalidades existentes resulta em uma prática reguladora que almeja uma identidade uniforme (Butler, 2018).

Ao afirmar que “No dia da MULHER A MULHER (cis) QUE TEM QUE SE REPRESENTAR”, o usuário projeta uma escala de oposição entre mulheres cis e mulheres trans, a fim de naturalizar e consolidar relações de poder que convergem com a cisheteronorma. O que é buscado aqui é a deslegitimação da inclusão de mulheres trans na busca por direitos e de reconhecimento social, isto é, trata-se de uma regulação social através dos corpos e identidades.

Essa escala dificulta a compreensão da complexidade das diversas desigualdades somadas aos corpos de mulheres trans, visto que esses mesmos corpos são alvo de violências em vertentes do próprio movimento feminista. Acerca dessa problemática, Borges (2018, p. 61) afirma que:

Assim como o corpo feminino foi pensado à sombra do masculino, o corpo trans* tem sido configurado e reconfigurado sob o império da cisheteronormatividade, que entende que os indivíduos que não apresentam uma identidade de gênero congruente com o sexo biológico devem sofrer uma adequação física. Socialmente, entretanto, essas pessoas continuam sendo lidas apenas como um espectro do modelo perfeito, nunca sendo reconhecidas como — mulher de verdade ou — homem de verdade. O argumento biológico, assim, é utilizado como a tábua de salvação para justificar a propagação de preconceitos e opressões sociais sobre esses indivíduos (Borges, 2018, p. 61).

A projeção escalar realizada pelo usuário em “se assistiram (ao vídeo de Nikolas Ferreira na tribuna da Câmara dos Deputados), então vocês estão mais preocupados com “os trans” do que com as mulheres”, reafirma o fato de que mulheres trans não são socialmente reconhecidas como “mulheres de verdade”. Em outras palavras, há a retomada indireta do discurso médico-científico, além da invalidação dos corpos trans.

Vale ressaltar que o usuário escreve “os trans” ao referir-se às mulheres trans, o que nos mostra um processo de opressão através da linguagem, dado que as escolhas linguísticas não são ideologicamente neutras, uma vez que sujeitos e instituições são beneficiados pelos exercícios escalares ao reforçarem hierarquias escaladas (Carr; Lampert, 2016) e a forma como selecionamos as palavras que utilizamos reflete e refrata nossas crenças e valores.

Ao acionar o artigo masculino em seu projeto escalar, o usuário apresenta resistência à diversidade, já que o uso de pronomes que não correspondem com a identificação individual pode ser considerado uma opressão/negação da identidade do sujeito. Isto é, “essa negação significa, em certo sentido, um apagamento naturalizador das diferenças, das hierarquias e dos conflitos implicados na produção de performances identitárias situadas, negando, assim, a política como uma ação cotidiana” (Silva, 2020, p. 434), o que resulta na expulsão dos corpos que não fazem parte da lógica cisheteronormativa.

Em outro trecho em que o usuário escreve “se vocês estão dizendo que foi discurso transfóbico, vocês não ligam para os direitos “das mulheres”, ele faz uso de uma escala que visa separar mulheres em categorias. O autor do comentário deixa subentendido que mulheres

trans representam uma - suposta - ameaça para mulheres cis, insinuando que o reconhecimento das identidades trans resultaria na rejeição aos direitos de mulheres cis. Essa escala de oposição reforça uma divisão que reproduz desigualdades entre mulheres, o que almeja torná-las rivais, ao invés de aliadas.

O autor do comentário 5 coaduna com o anterior, ao postar que “ajudar a comunidade LGBTQIA+ a garantir espaço e respeito tirando o direito e o espaço de mulheres que lutaram pra está ali não é correto, é injusto”. Novamente, mulheres cis e mulheres trans são postas em posições opostas, como se a legitimação dos direitos de umas significasse a deslegitimação dos direitos das outras.

A repetição constante da escala utilizada pelos autores dos comentários 5 e 6 produz efeitos na realidade, assim como contribui com a manutenção de regras sociais que promovem a separação de indivíduos. Quer dizer, os atos de fala moldam nossas ações em sociedade e ditam quais espaços podem ser ou não ocupados por corpos que vão de encontro aos padrões socialmente estabelecidos.

Outro argumento mencionado no comentário é o de que “a liberdade de expressão ilimitada parece só funcionar pra esquerda”. Entende-se por liberdade de expressão o direito de cada indivíduo de “se expressar livremente, sem perturbar, porém, os direitos legítimos dos demais” (Bastos, 1994, p. 10; Andrade, 2021). Tal liberdade pode ser expressa através de atividades intelectuais, científicas e comunicativas.

Assim sendo, a liberdade de expressão é plural e porta diversas facetas, dentre elas, podemos citar a liberdade de religião, liberdade de opinião, liberdade de manifestação, liberdade de informação, entre outras (Andrade, 2021). Vale ressaltar que, diferente de outros direitos, o direito à liberdade de expressão não é absoluto, portanto, se a exposição de um ponto de vista é manifestada e fere existências, ela não pode ser considerada uma simples manifestação de opinião, e sim uma violência contra grupos minoritários.

A escala projetada tem como alvo a legitimação de violências exercidas através da linguagem, sob o argumento de que é apenas a exposição de uma opinião. Mas o usuário parece não perceber que, ao alegar que a permanência de mulheres trans em certos espaços tiraria os direitos das mulheres cis, ele está lhes negando uma série de direitos, principalmente o direito de existir e (re)existir.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, me propus a refletir sobre a linguagem e seu papel enquanto prática social que contribui com a naturalização da marginalização de grupos minoritários, em especial da comunidade trans, que é vítima constante de uma série de violências. Violências estas que se manifestam não apenas através de abusos físicos, como também a partir da negação de direitos básicos. Violências estas que são perpetuadas através da linguagem, dado a sua relevância no desenvolvimento das vivências nas práticas sociais.

Para as reflexões realizadas, foram discutidos conceitos necessários para a compreensão da violência linguística cometida contra mulheres trans. Dentre elas, podemos destacar o conceito de performance (Butler, 2018), cisheteronorma (Rosa, 2020), atos de fala (Austin, [1962] 1990) e suas contribuições para a manutenção da opressão e crescimento alarmante de dados sobre violências cometidas contra pessoas trans no Brasil.

Além disso, foram analisados comentários encontrados em um vídeo no *YouTube* a partir do ato transfóbico cometido pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira, no Dia Internacional da Mulher. Os comentários demonstraram como a repetição de atos de fala gera a naturalização de certos discursos, a exemplo do discurso médico-científico, comumente acionado para embasar a transfobia. Para as análises, foi realizada uma “etnografia de escala” online (Carr; Lampert, 2016. p. 10).

Nesta pesquisa, foram observados atos de fala com alto teor ideológico que visam, em especial, a reafirmação de violências transfóbicas através da linguagem. Desse modo, é possível concluir que a percepção da linguagem enquanto ferramenta capaz de perpetuar desigualdades nos mostra seu potencial transformador, para que possamos utilizar a força dos atos de fala para solucionar problemas referentes aos grupos marginalizados, principalmente no tocante aos homens trans e mulheres trans, provocando reflexões e debates dentro e fora da academia.

Com base nessas ponderações, considero essencial uma abordagem política e atuante nas práticas de pesquisa comprometidas com a promoção da igualdade. Isso se justifica tanto pela oportunidade de realizar um trabalho com intuito de dirimir as opressões contra grupos minoritários - a exemplo das pessoas trans - e na análise das lógicas discursivas que os constituem. Com este trabalho, espero não apenas colaborar com análises dentro da área de pesquisas, como também promover a criticidade acerca das normas socialmente construídas e reproduzidas.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.
- BORGES, Lorena Araújo De Oliveira. **“Meu corpo, minhas regras”**: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans) feministas. 2018.
- BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, p. 53-89, 2018.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva. MELO, Glenda Cristina Valim de. **Quando a raça e o gênero estão em questão**: embates discursivos em rede social. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CARR, E. Summerson.; LEMPert, Michael. **Scale**: discourse and dimensions of social life. Oakland: University of California Press, 2016.
- COHEN, Cathy J. “Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?” In: **GLQ - A Journal of lesbian & gay studies**, Vol. 3. Canada: Overseas Publishers Association, 1997, p. 437-465.
- DE ANDRADE, André Gustavo Corrêa. Liberdade de expressão e discurso de ódio. **Revista da EMERJ**, v. 23, n. 1, p. 9-34, 2021.
- LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- PENNYCOOK, Alastair. **A Linguística Aplicada dos anos 90**: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M.C. Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. cap. 1, p. 23-49.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento;[, 2017.
- PRECIADO, P. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. v. 18 , n. 2, agosto, 2020.
- SANTANA, Adrielle Barbosa; TONON, Fernando Gabriel Sardeli. Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871, v. 16, p. 1-6, 2023.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Quando dizer é violentar**: violência linguística e transfobia em comentários online. 1ª edição/Salvador - BA: Editora Devires, 2019.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. (2020). Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, 21(2), 280–306.
<https://doi.org/10.26512/les.v21i2.35269>.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Geledés: interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 20, p. 407-442, 2020.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **A linguagem contra a democracia**: registros discursivos antigênero na política do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos / Danillo da Conceição Pereira Silva; orientador Vanderlei José Zacchi. – São Cristóvão, SE, 2022.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. **Language & communication**, University of Chicago, n.23, p.193-229, 2003.

VERGUEIRO, V. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978- 85-232-1866-9.
<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>